



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIBÁ
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE GOVERNO – GABINETE DO PREFEITO
Rua Chile 01, Centro, CEP 45.585-000 – Telefone (73) 3244-2121
CNPJ 13.701.966/0001-06



Ofício nº. 017/2025, de 27 de março de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGIBÁ

Presidente Aleandro Santos da Silva

Senhor Presidente,

Com elevado respeito e consideração, dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar, em anexo, o **Projeto de Lei nº 006/2025**, que estabelece o **Programa de Recuperação Fiscal – REFIS / Exercício 2025**

A referida proposta foi cuidadosamente elaborada em consonância com as diretrizes constitucionais e demais leis e normas que regem o tema.

Dada a relevância da matéria e seu impacto na gestão municipal, venho solicitar a Vossa Excelência e aos demais membros dessa egrégia Casa Legislativa que seja concedido ao Projeto de Lei o tratamento em regime de urgência. Estamos convictos de que tal medida facilitará uma pronta resposta às demandas atuais, reforçando nosso compromisso com uma gestão eficiente e responsável.

Confiantes no discernimento e na colaboração de Vossas Excelências para a aprovação desta importante legislação, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos votos de alta estima e consideração.

Certos de sua compreensão e apoio, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

Gabinete do Prefeito Municipal de Itagibá,
Estado da Bahia, em 27 de março de 2025.

Marcos Valério Barreto
Prefeito Municipal





PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIBÁ
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE GOVERNO – GABINETE DO PREFEITO
Rua Chile 01, Centro, CEP 45.585-000 – Telefone (73) 3244-2121
CNPJ 13.701.966/0001-06



Projeto de Lei nº 006/2025, de 27 de março de 2025

Institui o **PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS/EXERCÍCIO-2025** do Município de Itagibá, Estado da Bahia e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Itagibá**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo a Lei Municipal nº. 465/1997 (Código Tributário Municipal) e Lei Federal nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Fica instituído o **PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS/EXERCÍCIO-2025** destinado a promover a regularização de créditos municipais, relativos aos impostos, taxas e contribuições de melhoria, inscritos em dívida ativa e outros débitos de natureza não tributária vencidos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não e de outros débitos de natureza não tributária desde que vinculados a uma certidão de dívida ativa, lançadas e geradas até 31 de dezembro de 2024.

Parágrafo único. Não incluirá no rol das dívidas possíveis de enquadramento ao **PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS/EXERCÍCIO-2025** as dívidas não tributárias decorrentes de multas, ressarcimentos e/ou quaisquer cominações pecuniárias imputadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM a qualquer tempo.

Art. 2º. O ingresso no **REFIS** dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais especificados no artigo anterior.

§ 1º. O ingresso no **REFIS** implica na inclusão da totalidade dos débitos referidos no artigo 1º, em nome do sujeito passivo, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no Programa mediante confissão.

§ 2º. Para os débitos tributários ainda não lançados e declarados espontaneamente pelo contribuinte, por ocasião da opção, não haverá aplicação de multas de mora ou de ofício, bem como de juros moratórios.

Art. 3º. A opção pelo **REFIS** terá início a partir da publicação da presente Lei no Diário Oficial do Município, findando-se em 20 de dezembro de 2025, mediante a utilização do **Termo de Opções do REFIS**, conforme modelo a ser fornecido pela Divisão de Tributação.

Art. 4º. Os Créditos Tributários, de que trata o artigo 1º desta Lei, incluídos no **REFIS**, devidamente confessados pelo sujeito passivo, poderão ser pagos da seguinte forma e condições:

- a) **O valor principal, com desconto de 100%, dos juros, multas e correções,**



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIBÁ
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE GOVERNO – GABINETE DO PREFEITO
Rua Chile 01, Centro, CEP 45.585-000 – Telefone (73) 3244-2121
CNPJ 13.701.966/0001-06



COM PAGAMENTO À VISTA, em parcela única, ou em até 12 (doze) parcelas, observada a data máxima de formalização até **20 de Dezembro de 2025** e da data máxima de conclusão de pagamento final até **20 de Novembro de 2026**;

- b) **Os débitos de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), possuem desconto de 50%, dos juros, multas e correções, com pagamento em até 12 (doze) parcelas**, observada a data máxima de formalização **20 de dezembro de 2025**, observada a data máxima de pagamento integral de **20 de Novembro de 2026**, sempre em parcelas iguais e sucessivas, sendo que a primeira parcela será paga no ato da formalização do Termo de Opções do REFIS.
- c) **Os débitos acima de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), possuem desconto de 70%, dos juros, multas e correções, com pagamento em até 18 (dezoito) parcelas**, observada a data máxima de formalização **20 de dezembro de 2025**, observada a data máxima de pagamento integral de **20 de junho de 2027**, sempre em parcelas iguais e sucessivas, sendo que a primeira parcela será paga no ato da formalização do Termo de Opções do REFIS;

Art. 5º. A falta de pagamento de qualquer parcela até a data do vencimento ensejará o acréscimo de multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, limitada ao máximo de 10% (dez por cento) e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do mês subsequente ao do vencimento.

Parágrafo Único – Formalizado o parcelamento do débito e havendo atraso do pagamento por parte do contribuinte de quaisquer das parcelas pactuadas por 2 (dois) meses consecutivos ou alternados, o parcelamento será cancelado pelo órgão competente, independentemente de notificação prévia, restabelecendo-se as condições originais do crédito, com todos os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, implicando na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, deduzidos os valores adimplidos.

Art. 6º. Fica facultada à Administração Municipal proceder à compensação, quando postulada pelo contribuinte, de eventual crédito líquido, certo e exigível que este possua em face da Fazenda Municipal, oriundo de despesas correntes e ou de investimentos, permanecendo no REFIS o saldo do débito que eventualmente remanescer.

§1º. Valores líquidos que, eventualmente, o contribuinte possa ter direito, decorrentes de atrasos de pagamento, ainda que relacionados com créditos referidos no caput não poderão ser incluídos na compensação, sujeitando-se ao procedimento normal de cobrança.

§2º. O contribuinte que pretender utilizar a compensação prevista neste artigo apresentará juntamente com o requerimento de opção, documentação probatória de seu crédito líquido, certo e exigível, indicando a origem respectiva.



§3º. O pedido de compensação será decidido pelo Chefe do Poder Executivo, segundo critérios de oportunidade e conveniência, podendo tal ato ser delegado ao Secretário Municipal de Finanças.

Art. 7º. O contribuinte será excluído do REFIS diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses, independentemente de qualquer notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial:

- I. Inadimplência, de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou não, no pagamento de tributos abrangidos pelo REFIS;
- II. Inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;
- III. Constituição de crédito tributário, lançado de ofício, correspondente a tributo abrangido pelo REFIS e não incluído na confissão a que se refere o artigo 2º desta Lei, salvo se integralmente pago em 30 (trinta) dias, contados da constituição definitiva ou, quando impugnado o lançamento, da intimação da decisão administrativa ou judicial que o tornou definitivo;
- IV. Falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;
- V. Falecimento ou insolvência do sujeito passivo, quando pessoa física, devendo os herdeiros e sucessores assumirem solidariamente as obrigações do REFIS;
- VI. Cisão de pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecerem estabelecidos no Município de Itagibá, Estado do Bahia e assumirem solidariamente com a cindida as obrigações do REFIS;
- VII. Prática de qualquer ato ou procedimento, que tenha por objetivo diminuir, subtrair ou omitir informações que componham a base-de-cálculo para lançamentos de tributos municipais;

§1º. A exclusão do contribuinte do REFIS acarretará a imediata exigibilidade da totalidade dos débitos tributários confessados e ainda não pagos, restabelecendo-se ao montante confessado os acréscimos legais previstos na legislação municipal à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, com a inscrição automática do débito em dívida ativa e consequente cobrança judicial, conforme parágrafo único do art. 5º desta Lei.

Art. 8º. O Chefe do Poder Executivo estabelecerá os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de inscrição ao REFIS e do parcelamento de que trata a presente Lei.

Parágrafo único – A Administração firmará convênio com instituições financeiras para promover o desconto do parcelamento em débito automático junto às contas dos contribuintes aderentes ao REFIS, sendo esta a modalidade de deferimento que deverá ser adotada com prioridade pela Administração.

Art. 9º. Os débitos fiscais de valor igual ou inferior a **R\$ 500,00 (quinhentos reais)** não deverão ser inscritos em dívida ativa e promovido o protesto extrajudicial da respectiva Certidão de Dívida Ativa ou inscritos em banco de dados de proteção ao



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIBÁ
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE GOVERNO – GABINETE DO PREFEITO
Rua Chile 01, Centro, CEP 45.585-000 – Telefone (73) 3244-2121
CNPJ 13.701.966/0001-06



crédito, dispensada a Execução Judicial nestes casos, atendendo ao princípio da economicidade processual, conforme dispõe o art. 14, § 1º da Lei Complementar nº. 101/00 (LRF).

§ 1º- Poderão ser executados judicialmente os débitos inscritos em Dívida Ativa, ainda que adotadas uma das providências previstas no caput, quando somados a outros débitos do mesmo contribuinte vierem a ultrapassar o valor previsto no caput.

§2º- Independentemente do valor, todos os créditos tributários inscritos em dívida ativa poderão, a critério da Administração, serem inscritos em banco de dados de proteção ao crédito mantidos por organizações públicas ou privadas e protestados extrajudicialmente.

Art. 10º. Todos os créditos devidos à Fazenda Municipal, de qualquer natureza, quando vencidos e não pagos, serão imediatamente inscritos em dívida ativa, ainda que no mesmo exercício fiscal.

Art. 11. Fica fixada a data base de 31 de outubro de 2025 de cada exercício fiscal para envio das Certidões de Dívida Ativa à Procuradoria do Município, para que essa promova a cobrança Judicial ou extrajudicial dos créditos.

Parágrafo único – Os créditos de natureza não tributária inscritos em dívida ativa serão imediatamente cobrados mediante execução fiscal ou através dos meios extrajudiciais previstos no parágrafo § 2º do Art. 9º. desta Lei.

Art. 12. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei em havendo necessidade para a sua fiel execução.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Itagibá,
Estado da Bahia, em 27 de março de 2025.

Marcos Valério Barreto
Prefeito Municipal